4/88

8.02.88

A essência das mudanças

IGNÁCIO M. RANGEL

Há tempos venho insistindo no problema da paralisia do Estado, como questão liminar a ser resolvida. Senão no fundo, pelo menos ao primeiro exame, antes de assentarmos que fazer, impõe-se saber se o órgão incumbido de fazê-lo tem para isso os meios necessários. Na vida real, as coisas não são tão simples e a problemática pode inverter-se. Na espécie, assentado que fazer, a sociedade move-se e dá ao Estado os meios necessários.

Por isso mesmo, o fato de definir-se a consciência de que o Estado está paralítico (e de que, em primeiro lugar, impõe-se que o Legislativo vote o orçamento, sua função precípua) longe de debilitar o Executivo, é o passo para regenerar o Estado, em geral. Pode significar que os problemas amadureceram, isto é, que chegamos ao fundo do poço de nossa crise institucional.

Assim, a sociedade move-se por trilhas insuspeitadas e, até certo ponto, é irrelevante saber como se chama o chefe titular do Estado. Até certo ponto, é claro, porque quanto mais cedo tomarmos consciência dos nossos problemas, melhor. E há pessoas mais ou menos teimosas. Estou convencido, por exemplo, de que com Tancredo teríamos tardado mais do que com Sarney a enveredar pela aventura do Plano Cruzado, o qual, eventualmente, teria tido outro nome. Mas teríamos enveredado, afinal, até porque o país estava comprado para as ilusões de que a inflação é nosso problema fundamental, e não o epifenômeno que é, e de que sua causação profunda é o inercialismo. A própria vida ordenou as coisas no sentido de produzir essas ilusões, as quais deram origem a idéias que, tendo-se apossado da imaginação das massas, converteram-se em força material. E os políticos desempenham importante papel nesse processo de conversão das idéias em força material.

Novo passo foi dado agora. O déficit do Tesouro da União emerge como o problema por excelência, causa eficiente inclusive da inflação. E somos postos no encalço das causas da causa. Ressalta, logo ao primeiro exame, o empreguismo do serviço público da União, dos Estados, dos municípios, das estatais etc. Como se, numa sociedade que relega metade (27 milhões, nas contas do prof. José Serra) de sua população em condições de trabalhar aos subterrâneos do "emprego informal" (inclusive desemprego formal), o Estado se pusesse desempenhar desse problema, tapeando-lhe [illegible]

[illegible]

dos seus criadores, devia ter agora 350 mil habitantes, chegou a 1,8 milhão, em marcha batida para quatro milhões no ano 2000. O empreguismo do serviço público é, pois, apenas uma forma errada de fazer uma coisa certa: é uma forma errada de fazer seguro contra o desemprego.

A solução para a crise agrária chama-se reforma agrária, coisa em que ouço falar desde menino —neste meio século e pico. Mas a Subcomissão da Reforma Agrária da Assembléia Constituinte não se apercebeu de que as coisas mudaram muito dos anos 30 para cá, de maneira que o problema continua a ser dissolvido em estatística fundiária. Ora, a solução oferecida —a criação em massa de unidades agrícolas de uma ou mais dezenas de hectares— começa por supor uma condição que falta, a saber: um orçamento forte da União, para suprir os recursos para a compra de terras. Na expectativa de uma reformulação do problema, a questão do desemprego deverá permanecer em suspenso. Entrementes, nos iremos aproximando da percepção de que a crise agrária só marginalmente é um problema de estatística fundiária, e isso toma tempo.

Voltamos assim ao problema das finanças públicas. Ao primeiro exame, bastaria cortar despesas e forçar a carga fiscal. Dado o peso da folha de pessoal no capítulo das despesas, poderíamos cortar dita folha. Ninguém parece disposto a pensar no que fazer com o pessoal sobrante. No capítulo das receitas, bastaria aumentar as alíquotas. Também parece que ninguém está disposto a parar para pensar no problema da exequibilidade de tal esquema.

Ora, se o Estado já não pode empregar, é mister que a iniciativa privada o faça. Se o Estado não pode produzir um adicional de receita e gastá-lo, impõe-se que a iniciativa privada o faça. Uma sociedade que não utiliza parcela substancial de sua força de trabalho nem é capaz de engendrar demanda para parcela substancial de sua capacidade produtiva é inviável, o que quer dizer que uma solução alternativa tem que ser buscada.

Assim como passamos da ilusão de que nosso problema fundamental, causa eficiente de todos os outros, é a inflação para a ilusão de tipo superior de que essa causa eficiente é o déficit orçamentário do Estado, iremos passando a outras formulações que, refletindo o amadurecimento da crise, [illegible]

[illegible]

o-policial, para problema francamente político, visto como põe em causa a viabilidade do próprio Estado.

Foi antecipando essas coisas —que estavam na ordem natural das coisas e não eram motivo para espantos— que venho propondo prioridade para um programa de privatização de uns quantos serviços de utilidade pública. E, para isso, venho sugerindo ao governo uma revisão do direito que rege nossos ditos serviços, atualmente organizados, principalmente, como serviços públicos concedidos a empresas públicas. Alguns passos, muito preliminares, estão sendo dados.

Esta nossa crise tem em comum com as que a precederam o confronto de uma área carregada de excesso de capacidade e outra cheia de pontos de estrangulamento. O problema estará resolvido quando, com a poupança a resultar da utilização da capacidade ociosa, pudermos levar a cabo os investimentos destinados a romper ditos estrangulamentos. Por enquanto estamos cuidando apenas de levantar recursos no exterior e, provavelmente, será mister algum tempo para que essa ilusão se desfaça. Tempo concreto, de crise, não tempo abstrato, ou matemático. E sob a angústia da crise que devemos contá-lo e, nessas condições, os momentos podem valer horas e as horas valerem meses ou anos. Ao que tudo indica, agora que voltamos ao Fundo, nossa dívida continuará a crescer, mas pela acumulação dos juros que não poderemos pagar.

Temos novo ministro da Fazenda, com novo elenco de ilusões, que a vida se incumbirá de ir desfazendo impiedosamente. E nos iremos aproximando da percepção dos fatos essenciais, que sugerirão outras mudanças que de fato toquem o fundo da questão. Quem poderia prever que, nas condições da crise que matou Vargas já se estivesse gestando o Programa de Metas, com os "cinquenta anos em cinco", do JK? Ou que, no fundo do poço de 1962-66, já estivessemos preparando o "Milagre do Delfim"?

Quando a crise enfim houver passado, como das outras vezes, não guardaremos memória de como e porque passou, de modo que a crise subsequente nos apanhará desprevenidos, tendo que palmilhar de novo o duro caminho da tentativa e do erro.

Nosso presidente qualifica agora de o maior erro do seu governo uma moratória que, há um ano, era [illegible]

[illegible]